



Artigo: Efeitos do escoamento da produção agropecuária

Podemos dizer que há séculos Minas Gerais protagoniza cenas históricas de desenvolvimento econômico e político. Desde o início da colonização do país, o estado mostra seu papel frente aos ciclos econômicos, desde o desbravamento das rotas do ouro e do diamante e do escoamento da produção pelas rotas dos tropeiros até a formação dos municípios baseados na agropecuária e aberturas das últimas fronteiras agrícolas no estado, no século passado.

Mais especificamente nos últimos 50 anos, temos investido na profissionalização das atividades produtivas no campo, em sistemas de produção mais eficientes, que garantiram elevação da produtividade de grãos, fibras e oleaginosas, dos diversos tipos de pecuária, da geração de energia a partir de fontes renováveis e de florestas plantadas. Minas Gerais, nesse cenário, ampliou fortemente sua diversidade, além de expandir-se também com a agroindústria e no atendimento ao mercado consumidor. É realmente o local em que a definição de agronegócio, como colocou Davis e Goldberg em 1957, pode ser verificada.

Nesse sentido de integração das cadeias produtivas, nosso estado tem a maior malha rodoviária do país. Essa, aliás, é a base da logística brasileira, responsável pelo escoamento de 75% da produção do país, seguido pelo transporte marítimo (9,2%), aéreo (5,8%), ferroviário (5,4%), cabotagem (3%) e hidroviária (0,7%), conforme estudos da Fundação Dom Cabral sobre Custos Logísticos no Brasil.

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte apenas 12% da malha rodoviária nacional é pavimentada, sendo que, dessas, 44,7% apresentam desgastes e 19,1% exibem trincas e remendos. E é nesse “tapete de remendos” que os importantes setores que dependem do transporte rodoviário, como a agropecuária, escoam sua produção e recebem insumos. A dependência do transporte rodoviário gera custos como alto consumo de combustível, elevando o custo operacional e a perda de safras por permanência na estrada.

Justamente pela dependência do transporte rodoviário, Minas Gerais pode ter sofrido um dos maiores reveses econômicos da história, por conta dos desdobramentos da paralisação dos caminhoneiros, no fim de maio deste ano. A origem das manifestações foi o aumento do preço do diesel e, com as obstruções nas estradas, o agronegócio foi impactado de 3 formas: na recepção de insumos, na dificuldade de desenvolvimento das atividades dentro das propriedades e agroindústrias e também no escoamento dos produtos ao longo da cadeia produtiva.

O que assustou a nós mineiros, além dos prejuízos apurados pelo setor produtivo, que ainda está em processo de recuperação e voltando a produzir para atendimento às



demandas da sociedade, é a fragilidade desse sistema logístico. Essa aliás, é pauta, há anos, das nossas reivindicações.

Há também a falta de resposta e estratégia nacional para atender aos transportadores sem arroxar os demais elos das cadeias produtivas e sociedade. A última decisão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em 04/09, com o reajuste de 5% na tabela de fretes, que agrava ainda mais o custo para o setor produtivo num momento em que é oportuna a exportação, dada a cotação do dólar e a oportunidade para envio de grãos para a China.

O que nos pesará, ainda mais neste ano, é a debilidade com que nosso agronegócio é exposto e a carga tributária incidente nos produtos e serviços que utilizamos para produzir, como a alíquota de ICMS nos combustíveis e na energia elétrica, sem retorno efetivo dos benefícios com políticas públicas. A falta de horizonte e estratégia de Estado para continuarmos a produzir é notória. As previsões econômicas, dado o agravamento da crise que vimos passando, era de que o PIB brasileiro não crescerá tanto em 2018, mas será melhor do que o ínfimo 1% medido no ano passado. Nesse sentido, como as cadeias produtivas são interligadas, entendemos que os desdobramentos são estruturais, assim também como as soluções podem ser.

Uma das alternativas para diminuir a dependência do combustível fóssil é o fomento às produções de biocombustíveis, a partir do etanol, oriundo da cana de açúcar, e biodiesel, a partir da soja e outras fontes. E também temos a oportunidade de gerar energia a partir do sol, que é tão incidente em várias partes do nosso território. A oportunidade é evidente.

Precisamos de ações e segurança jurídica para viabilização de investimentos privados no setor, visando também o atingimento de metas de redução do efeito estufa, assinados pelo país. É preciso pesquisa focal no setor. A decisão estratégica pode gerar uma solução para o setor energético e ser o grande divisor de águas para nossa matriz energética.

Em tecnologias para dar eficiência às nossas atividades no campo já investimos, e muito, nos falta apoio real para continuarmos a contribuir com o bem-estar social de nossa população, na manutenção dos empregos gerados no campo e nas cidades, nas divisas geradas com as exportações e na sustentabilidade das nossas atividades produtivas.

Estamos no exato momento para a avaliação das propostas dos candidatos aos cargos do legislativo e para decisão de quem se compromete com o setor produtivo, com a agropecuária, com o homem do campo.

Por Aline de Freitas Veloso

Coordenadora da Assessoria Técnica da FAEMG